

A MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR: CAPITAL AGROINDUSTRIAL, ORDENAMENTO
SOCIOECONÔMICO E SIMBOLOGIA. O CASO BRASILEIRO

ÂNGELO SILVA CAVALCANTE

Para os desafios epistemológicos de identificação do contemporâneo se reconhece uma verdade das mais curiosas e provocativas. É que no que tange o permanente movimento de definições e conceituações das ciências sociais acerca do real, se faz necessário proceder com bastante inteireza e discernimento nos particulares deste trabalho e de forma sumamente clara, crítica e autocrítica para que, enfim, possamos delinear com a precisão necessária o objeto que se busca aqui analisar.

De outro modo, é necessário reconhecer que, a partir das dinâmicas do contemporâneo e que, inexoravelmente, atinge a todos, ora redefinindo conceitos, práticas, estilos e modos de vida, e ora, alterando substancialmente a própria vida, se tem claro desde este começo que o tempo presente impõe exigências bastante evidentes para um proceder científico de maior consistência.

O que se quer dizer é que o tempo vivido implica maior elaboração, atualização ou aperfeiçoamento de formas novas de percepção e entendimento do real para que a ciência, sobretudo a ciência, assuma, com mais profundidade, unidade e coerência, suas funções epistemológicas, formativas e, sobretudo, políticas diante da história em seu papel de decodificar, expressar e comunicar o real a fim de, finalmente, alterá-lo.

Em outro paralelo, o real feito e cerzido permanentemente pelo ser humano em seu movimento por existir individual e coletivamente é objeto primeiro e por excelência das ciências sociais.

Um real que, definitivamente, não é estático, estanque ou uniforme, mas que é dinâmico, contraditório, recheado de determinações e que, desta forma, carece de ser compreendido à luz daquilo que definitivamente é: A expressão

contemporânea e atual de todo um decurso teleológico feito e refeito por uma multiplicidade de forças sociais e que comportam, formatam e definem este mesmo real.

A constatação desta carência ou lacuna epistemológica para o tempo presente e vivido é o resultado da análise de perspectivas epistemológicas e que, em verdade, não dão conta sequer dos elementos gerais e ativos a gerir, definir e conformar o que comumente se chama de real.

Tal vazio opera, sobretudo, a partir de duas perspectivas fundamentais para o atual instante de organização social, política e econômica advinda do modo de produção capitalista, quais sejam: primeira, a própria intensificação dos níveis de exploração do trabalho. Uma exploração de tipo distinto e que articula, conforma e, nesse sentido, cria novo conceito para o próprio tempo.

Dessa forma, o tempo, no sistema capitalista contemporâneo recebe novos conteúdos e percepções. Trata-se do tempo em função da produção. Produção hoje que se realiza em seu estágio de maior plenitude e potência através, em primeiro sentido, do fim das fronteiras comerciais, resultado de todo um alinhamento político construído e cimentado de cima para baixo, portanto, sumamente autoritário com a atuação central e definidora das elites políticas e econômicas locais e regionais e integralmente coadunadas com os interesses e movimentos do capital monopolista e transnacional que exige, por seu turno, novos mercados de consumo e, dessa maneira, impõe renovação para estes mesmos mercados no inconcluso e histriônico ato de consumir.

É, portanto, esse o lastro social e político que irá garantir, por conseguinte, a intersecção de mercados internacionais a partir, diga-se de passagem, de uma perspectiva eminentemente pontual, a partir de pontos ou produtos comerciais facilmente identificáveis: algum item ou produto de baixo valor agregado.

Porque, definitivamente, não é correto afirmar, como usualmente analistas ortodoxos fazem, quando equivocadamente afirmam que se processa uma integração comercial na relação norte/sul.

Não existe uma integração cultural, política, econômica, tampouco comercial. O que acontece é o comércio ou intercâmbio de determinados e bastante limitados produtos ou itens. Sendo assim, não se exagera quando se afirma que se processa alguma intersecção comercial envolvendo estes países.

De outro modo uma intersecção comercial evidentemente pontual e que se dá, como já dito, a partir de determinados itens comerciais. Definitivamente não existe uma “intensa” comercialização.

O que existe é, em primeiro instante, a própria reafirmação da chamada divisão internacional do trabalho, categoria criada pelo economista inglês David Ricardo (1772-1823) e que afirma e reafirma sua dinâmica centrada, finalmente, na acumulação ou superacumulação de capitais nos países centrais.

Este cenário é feito e potencializado a cada intercâmbio ou troca comercial realizada entre os ditos países centrais, estes, compradores de *commodities* agrícolas ou industriais e os chamados países periféricos e que, de outro modo, se afirmam em um sempre, como periféricos no próprio movimento de produção destas mesmas *commodities*.

[Commodities]. O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc. alguns centros se notabilizaram com importantes mercados desses produtos (commodity exchange). Londres, pela tradição colonial e comercial britânica, é um dos mais antigos centros de compra e venda de commodities, grande parte das quais nem sequer passa por seu porto. (SANDRONI, 2009, p. 164)

As implicações de tal processo, centrado em *commodities*, resulta grosso modo, na articulação de praticamente todas as estruturas produtivas, governamentais ou não, de um país e que, necessariamente, se alinham e arranjam em prol e serviço da atividade econômica primária predominante. Na verdade, o agronegócio é o exercício produtivo, mais um amplo e desmesurado complexo de envolvimento sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos e que operam em um território dado.

É a produção de máquinas, implementos, corretivos do solo, ferramentas das mais diversas, defensivos agrícolas, complementos e suplementos outros. No que tange os recursos humanos, são agrônomos, veterinários, engenheiros florestais, topógrafos, economistas, antropólogos, estatísticos, contabilistas e mais uma infinidade de outros profissionais.

Não se exagera ao afirmar que é uma atividade econômica das mais importantes e centrais para uma economia. São atividades, serviços e bens que articulados e em pleno movimento dão forma, produção e renda para o setor em questão.

De outro modo, também é importante considerar que os caracteres essenciais da atividade produtora de *commodities* se assentam em um tipo de novo fordismo posto que produz um alinhamento automático e mesmo compulsório, a partir, sobretudo, de um viés sumamente econômico.

Nesse sentido, é o fornecimento crônico desses produtos de baixo ou baixíssimo valor agregado que, surpreendentemente, tornarão estas economias pobres ainda mais dependentes, empobrecidas ou apequenadas ante ao turbilhão planetário de novas possibilidades de investimentos, de tecnologias e de inovações e que estes mesmos países de economias primárias por questões de evidente geopolítica não terão acesso.

Desnecessário dizer do atual instante de abrangência das tecnologias para todos os povos e países do mundo. De outro modo, a tecnologia se afirma, como em nenhum outro tempo histórico como elemento essencial para o próprio desenvolvimento econômico, de maneira que as economias que não se afinarem e se atualizarem com suas formas produtivas, tendem, necessariamente a serem lançadas na estranha espiral que é a economia centrada em atividades primárias.

Mas o Japão, tanto quanto a Espanha, a China, o Brasil e os EUA são e serão, ainda mais no futuro, sociedades informacionais, pois os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. Portanto, todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em

diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas.(CASTELLS, 2003, p. 57)

De outra forma, se faz necessário dar ênfase para a questão tecnológica, para a sua importância e centralidade em quaisquer tipos de atividades produtivas. Sem compreender essa importância, tende-se a não garantir análise minimamente acertada sobre esse fundamental aspecto da vida social e econômica. É em Marx que essa definição ganha o destaque e que aqui se adotará.

Seria possível dizer que o marxismo é a teoria e a prática socialistas de sociedades especificamente tecnológicas. Ou seja, se o trabalho humano que transforma a natureza tendo em vista objetivos coletivos humanos é de importância fundamental para a concepção marxista de PRÁXIS, a tecnologia é o produto: artefatos que encerram valor e tem valor de uso. A análise marxista da produção se concentra no PROCESSO DE TRABALHO, no qual as matérias-primas são transformadas pela atividade humana consciente (trabalho) que usa os meios de produção para produzir valores de uso. Esse modelo pode ser estendido da produção a outras esferas da atividade humana: a ciência e ao setor não-produtivo, inclusive a família. Marx ressalta que é a tecnologia, e não a natureza que tem importância fundamental: "A natureza não fabrica máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafo elétrico, máquina de fiar automática, etc. Tais coisas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana que se exerce sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana: o poder do conhecimento objetificado" (Grundrisse, p. 706). (BOTTOMORE, 1988, p. 371).

No que concerne aos países pobres ou periféricos, importante é ressaltar que é da própria lógica, dos específicos deste tipo de divisão internacional do trabalho levar e intensificar seu *modus operandi* para as menores parcelas ou nacos de territórios nacionais, regionais ou locais.

O que se verifica sistematicamente é a reprodução de um modo organizacional do trabalho desde os microcenários ou realidades mais próximas até aos ambientes planetários. Finalmente, é a conformação de um modelo que se se reproduz em todas as escalas geopolíticas e que garante desigualdade social, política, ambiental e econômica aos territórios, em todos os níveis e percepções de análise e que, tragicamente, ainda não chegou a termo.

Desta forma, tem que a intensificação dos processos produtivos afeitos a atividades sobejamente primárias em meio a uma economia global centrada em atividades terciárias (serviços), sobretudo em atividades bancárias ou voltadas para o rentismo, resulta em um estranho e danoso cenário econômico, sobretudo para os países mais pobres.

O principal vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países “em desenvolvimento” atende pelo nome de miséria científico-tecnológica. Sempre segundo Rivero, a demanda mundial de produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano, enquanto a de matérias-primas não chega aos 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não passe de 4% ao ano. E os preços reais das matérias-primas, que já caíram para níveis inferiores da depressão de 1932, continuarão a declinar no século XXI. Pior: os preços de produtos manufaturados com baixo ou médio conteúdo tecnológico – como têxteis, roupas, manufaturas de madeira, químicos, maquinários e equipamentos de transportes – caíram 1% ano deste 1970, mostrando uma tendência perversa semelhante à apresentada pelas matérias-primas. (VEIGA, 2006, p. 23).

Entrementes se processa no âmbito do território nacional aquilo que se costuma chamar de divisão espacial do trabalho, onde algumas áreas, diga-se de passagem, especiais e de maior importância produtiva são utilizadas ou intensamente utilizadas para a produção das mesmas *commodities* enquanto outras são subutilizadas com atividades de menor rentabilidade ou remuneração.

Ainda no âmbito nacional o que irá ocorrer, em consequência desta lógica produtiva, pensada e distribuída de forma a desequilibrar todo o espaço nacional, é que, sob o viés demográfico, as populações presentes em áreas menos valorizadas e com menos investimentos, tendem a se deslocar, de forma voluntária ou não, para áreas de maior produção.

O resultado imediato e de maior visibilidade de todo essa dinâmica é um evidente inchaço populacional em uma única área ou território e que irá redundar em enorme pressão sobre serviços públicos disponibilizados para a população o que gera, por conseguinte, a própria falência destes mesmos serviços públicos. Sob a perspectiva econômica, se verifica outra e bastante danosa pressão e que, inevitavelmente puxa para baixo os, já bastante minguados, salários.

De qualquer forma, o que se verifica é um grandioso movimento de acumulação de capitais na mesma medida e intensidade em que o fator trabalho, este como condição e possibilidade única de geração de valor real, é subvalorizado, vilipendiado e lançado, pelas características do cenário e da conjuntura em que a alquimia envolvendo capital/trabalho acontece.

Trata-se enfim, de um crescente quadro de precarização do trabalho onde são apresentadas formas distintas e diversas desta mesma precarização. Não menos importante é registrar que todo esse movimento de profundos desnivelamentos nas já bastante assimétricas relações que envolvem o binômio capital/trabalho se dá com a participação ativa, com a anuência e o envolvimento decisivo do Estado.

Segundo Offe e Lenhardt, a passagem da proletarização “passiva” (destruição de formas de trabalho não assalariadas etc.) à ativa (oferecimento da força de trabalho no mercado) não se dá automaticamente, pois existem algumas alternativas (roubo, mendicância, etc.) – que preferimos denominar de “lumpemproletarização” – para a proletarização ativa. Portanto, o Estado exerce diversas atividades (repressivas, ideológicas, etc.) com o objetivo de reproduzir a força de trabalho. Desde o serviço de saúde, oferecido aos trabalhadores para proporcionar a capacidade da força de trabalho de se manter ativa e com isso servir ao capital, até a educação “gratuita”, que serve à reprodução da força de trabalho nos diversos graus de profissionalização exigida pelo capital, são atividades do Estado capitalista (o capitalista coletivo ideal) ao lado de inúmeras outras. (VIANA, 2003, p. 40).

Outra importante perspectiva a ser considerada é a que trata da técnica. No atual quadrante e estágio de organização a produção se dá única e exclusivamente em função da técnica. Sem as técnicas adequadas para processar a matéria-prima e convertê-la, enfim, em objeto de uso e de valor, a mercadoria não se viabiliza, não é implementada nas quadraturas do mercado e, portanto, não dá forma e dinamismo para a economia de mercado e que todos nós, de uma maneira ou de outra, somos partes. E mais do que esse fator importante na produção, a técnica, para os dias atuais, atinge níveis e representações absolutamente distintos de tempos anteriores.

De outro modo, a técnica, é a condição essencial para o desenvolvimento das forças produtivas, assentadas e dominadas pelos capitalistas.

O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o “progresso” é tanto inevitável como bom. (HARVEY, 2002, p. 169).

Assim, o que se vê é a combinação de uma miríade de técnicas, tecnologias e procedimentos tecnológicos e de última geração a serviço da ampliação e dinamismo de todo o universo da produção. É a robótica, a mecatrônica, o laser, a nanotecnologia, a química fina e os circuitos hipersensíveis. É o produto sintético, a matéria-prima feita em laboratório, são os organismos geneticamente modificados, é por fim, a engenharia genética.

E é esta velocidade o elemento fundamental a dar forma ao que ainda não fora percebido pela maioria dos cientistas sociais. É este novo tempo, que, como já citado, é o tempo da técnica e que dá velocidade, frequência e sincronia para reinvenção dos fazeres produtivos mundo afora. Um mundo que só pode ser compreendido se considerado pela pletora de alterações físicas, químicas e biológicas advindas desta velocidade da produção.

Produtor de resultados alargados para o capital, esse tempo de velocidade, principia novas dinâmicas e que se convertem objetivamente em paradigmas produtivos eminentemente superestruturados e que para adiante da produção de manufaturas, de coisas ou mercadorias, atinge a subjetividade, as percepções e sensibilidades daquele que, diretamente, realiza o trabalho.

Estrutura ampla, alargada e complexa, porém, sensível no sentido de dialogar com suas certezas produtivas e afeitas com o “progresso”. Daí as novas percepções e sensibilidades acerca do tempo e que vira comportamento, condicionamento e prática cotidiana e que se faz, enfim, ser. Assim, ser dinâmico e em pleno movimento a produzir além do material, o imaterial. Produtor de subjetividades e que se volta integralmente ao amplo e complexo movimento de expansão e reprodução do capitalismo.

Definitivamente, a técnica, no presente estágio de organização do capital, não se afirma, tão somente, como invento em prol do produtivismo, como artifício técnico e produtivista a garantir maior produção a um menor custo. Em um arremate, é a técnica como estruturação social.

De forma resoluto, não é mero arranjo ou rearranjo de tecnologias e que miram somente no rendimento e no alargamento das extrações de mais-valor do trabalho humano. Sob quaisquer perspectivas e interpretações, esta combinação se afirma, de maneira indubitável, na contemporaneidade como cultura e ideologia. Em outro paralelo, esta cultura, geradora e reformadora de ideologias se apresenta sintética e fundamentalmente no próprio cotidiano do trabalho como burocracia.

Que sai, transcende o ambiente objetivo e imediato de realização do trabalho e assume presença em todo o cotidiano da vida do trabalhador. Que se transforma em linguagem, em habito e em formas de sociabilização. E, finalmente, importante considerar que, com toda essa parafernália tecnológica a serviço da produção e da civilização do capital, tem-se que as formas de registro e controle de todo esse movimento são igualmente aperfeiçoadas. No articulado tempo/técnica e em meio a um mundo centrado em movimentos e transações rápidas e instantâneas, acelerados pela lógica binária do novo mundo cibernético, se faz necessário redefinir a própria função e sentido da burocracia como setor ou segmento de auxílio e contribuo essenciais para as classes detentoras do capital, portanto, da produção.

A separação entre direção e execução, autoridade monocrática, acentuação do formalismo na organização, a visão da administração como possuidora de idênticos interesses aos do operário definem o ethos burocrático taylorista, complementado por Fayol. Fayol, seguindo a linha de Taylor, defende a tese segundo a qual o homem deve ficar restrito a seu papel, na estrutura ocupacional parcelada. No plano da remuneração, manifesta-se contra a ultrapassagem de certos limites, comparando a disposição estática das ferramentas na fábrica com os papéis das pessoas na organização social, reafirmando a monocrática diretiva (Fayol, 1965, p. 51) combinada com um tratamento paternalista do operário (ibidem, p. 54), concluindo que administrar é prever, organizar, comandar e controlar. Elemento básico na teoria clássica da administração, em Taylor e Fayol, é o papel conferido à disciplina copiada dos modelos das estruturas militares. Os modelos administrativos Taylor-Fayol correspondem à divisão mecânica do trabalho (Durkheim), em que o parcelamento de tarefas é a mola do sistema. Daí ser importante nesse sistema que o operário saiba muito a respeito de pouca coisa. No referente à remuneração, Fayol, continua a tradição quaker de Taylor – não pecar por excesso. Ao enfatizar a função exemplar do administrador,

ele define as linhas essenciais do burocratismo e da organização formal. (TRAGTENBERG, 2006, p. 95).

Dessa forma, se percebe que a produção de *commodities*, reafirma o caráter burocrático da produção na medida em que todos os caracteres já citados por TRAGTENBERG se fazem presentes em todas as atividades envolvendo a produção. Seu movimento de expansão territorial, a aglutinação e o envolvimento de novas áreas e que serão submetidas ao seu movimento, a lógica quantitativa fundamentalmente presente em todos os processos de mensuração de sua constituição, a fiscalização das áreas, dos trabalhadores e de qualquer sorte de resistência local ou não e que implique em obstáculo para a produção. Destaque deve ser dado para a reafirmação do trabalho, como trabalho dominado, submetido e intensamente especializado. Dessa forma, características essenciais da presença, intensificação e afirmação das antigas lógicas de controle por meio da burocracia. Em um paralelo, se atesta quase que uma burocracia de guerra para esta atividade.

Para a produção da cana-de-açúcar, o movimento, definitivamente, não é diferente. A produção desta *commodity* se funda em uma lógica burocrática tipicamente de viés e rigidez técnico-militar, que tem na especialização de seu trabalho e na intensificação da exploração do trabalho, um dos elementos garantidores de sua produtividade, além, é certo, dos enormes volumes de financiamentos liberados e orquestrados pelo Estado brasileiro.

Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), órgão de representação do setor canavieiro no Brasil, que conta, atualmente, com mais de cento e trinta companhias associadas e que fora criada em 1997 como resultado e organização política de diversas empresas do setor canavieiro do estado de São Paulo com o objetivo de promover os interesses do setor envolto com a produção de açúcar, etanol e bioeletricidade, a safra 2002/2003 de cana-de-açúcar no Brasil foi de 320.650.000 toneladas, sendo que 22.567.000 de toneladas converteram-se em açúcar; 7.015.000 m³, em etanol anidro; 5.608.000 m³ em etanol hidratado e; etanol total, 12.623.000 m³.

Para a safra brasileira de cana-de-açúcar, 2003/2004, tem-se um total de 359.316.000t; 24.926.000t para a produção de açúcar; 8.912.000 m³ para

etanol anidro; 5.897.000 m³ para o etanol hidratado e; 14.809.000 m³ para etanol total.

Na comparação entre as duas safras, percebe-se um incremento considerável de 12% na produção total e bruta. Para a produção de açúcar, confere-se um aumento de 10,45%; Para o Etanol Anidro, 12,71%; Para o Etanol Hidratado, 10,51%; E Etanol Total, se confere um aumento de 11,73%.

Definitivamente são ganhos de produção evidentemente consideráveis, sendo que, no período analisado, o Etanol Anidro foi o que teve maior elevação. Certamente em função do grande número dos assim chamados veículos "flex".

De outro modo, tem-se uma elevação para mais de dez por cento em todos os itens analisados. Asseguradamente tem-se que este, sobre quaisquer aspectos, um tipo de investimento com interessantes taxas de retorno.

A partir do mesmo dado, a ÚNICA revela que a safra 2004/2005 apresenta os seguintes dados: Cana-de-açúcar (mil toneladas): 386.090; Açúcar (mil toneladas): 26.621; Etanol anidro (mil m³): 8.304; Etanol Hidratado (mil m³): 7.112; Etanol Total (mil m³): 15.417.

Em uma comparação com a safra imediatamente anterior (2003/2004), constatou-se um aumento de: Cana-de-açúcar: 10,47%; Açúcar: 10,68%; Etanol anidro: Redução de 9,3%; Etanol hidratado: 12,06% e; Etanol Total: 10,41%.

Ocorre que ao se analisar toda a série histórica dos dados se depreendera que a produção de cana-de-açúcar no Brasil é uma constante. O crescimento da economia brasileira tem na produção de commodity um dos seus principais esteios.

Como parte fundamental desta cadeia, registra-se, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) o licenciamento, para todo o Brasil, da espantosa série histórica de veículos fabricados e licenciados e que conta: **2001** - 1.430.755; **2002** - 1.339.924; **2003** - 1.237.021; **2004** - 1.457.274; **2005** - 1.541.465; **2006** - 1.748.758; **2007** -

2.248.857; **2008** – 2.546.352; **2009** – 2.874.077; **2010** – 3.156.927; **2011** – 3.225.120; **2012** – 3.436.904.

Dessa forma, a que se considerar que o atual momento econômico do país propicia esse cenário de intenso consumo, sobretudo, se se leva em conta que a partir de 2003, o país vem atingindo, graças a uma curiosa combinação de fatores, a condição de país emergente.

Finalmente, a que se considerar que todos esses valores, com tendência ao crescimento e que impressiona pelos valores e índices vultosos exercem uma grande influência sobre os próprios sentidos de crescimento e desenvolvimento da economia do país.

De outro modo, o ato de consumir de forma intensa é, para os dias que processam, sinônimo de qualidade de vida e bem-estar o que, em definitivo, se contesta. No caso brasileiro é muito forte a campanha midiática e de outros aparelhos ideológicos o movimento que se realiza a fim de impor uma perspectiva única e rígida de desenvolvimento.

O avanço da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil impactua direta e negativamente nos biomas do país como Mata Atlântica, cerrado e caatinga. E sua produção, a partir de meios sumamente tecnologizados, garante um maior rendimento da produção na mesma medida em que exasperam e esgotam o que restou de vida nativa original.

Mais curioso ainda é o consenso, inclusive entre os milhares e milhões de desterritorializados e que sequer lançam um olhar minimamente crítico sobre o fenômeno que, definitivamente, os expulsou do campo.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sal função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2012, p. 10).

A Geografia, nesse sentido, se acha mais uma vez compelida a compreender e revelar, além das necessárias tendências dos articulados sócio-

técnicos e que operam em larga escala, o movimento novo e territorial que se realiza pelo viés ideológico que afirma com força e persistência a vaga noção de moderno a partir de uma histórica subordinação social, política, tecnológica e cultural no plano das economias internacionais. Nesse sentido, o outro, com suas ideias, impressões e símbolos, é o território a ser desbravado pela cana-de-açúcar.

Dessa forma, o desnudamento dessa força ideológica e de seus respectivos impactos no processo de constituição de uma subjetividade coletiva e comum, afinada com a empresa econômica de fazer-se presente como instituição do “novo”, do “moderno” e do “atual” é, por assim dizer, um desafio imperioso para repensar o próprio sentido de desenvolvimento para o Brasil.

Paralelamente o que está em causa, é o território como fragmento. A grande aposta é na fragmentação de todos os países latino-americanos, a partir da nova colonização do Brasil. Sobretudo, porque, sabe-se que o Brasil exerce importância central no contexto latino-americano. É oportuno questionar sobre a monocultura da cana-de-açúcar para adiante de suas possibilidades econômicas. Além de economia rígida e autocrática, o que mais é a monocultura canavieira?

Daí a importância de garantir a originalidade da autonomia no pensar-se como economia que carece de redefinir sua territorialidade, sua forma de ocorrência e acontecimento visando, enfim, a necessária integração entre todos os países do subcontinente latino-americano.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE. Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 16ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2003.

HARVEY, David. A condição Pós-Moderna. 11ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI, 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TRAGTENBERG. Maurício. Burocracia e Ideologia. 2ª. Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

VEIGA. José Eli. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIANA. Nildo. Estado, Democracia e Cidadania. A dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.